



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

1

2

### Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 03/12/2021.

3

4 No terceiro dia do mês de Dezembro do ano de 2021 às 09:00, em ambiente virtual por meio do  
5 link disponibilizado via *e-mail* e presencialmente na Sala de Situação do 4º andar do Palácio das  
6 Araucárias – SEJUF, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos  
7 Humanos – COPED com transmissão ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do *Facebook* do  
8 COPED. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Ana  
9 Felicica Boldstein( SEJUF/DEDIF); Amaro Carvalho (SEJUF), Aurélio Munhoz (Associação dos  
10 Municípios); Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR), Jonanathan Serpa Sá (TJ-PR); Claudio  
11 Marques Rolin e Silva (SESP) **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP  
12 Sindicato), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade); Diego Souza da Silva (Associação  
13 Núbia Rafaela Nogueira ALGBTI); Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e  
14 Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP), Leonildo José  
15 Monteiro Filho (Movimento Nacional da População em Situação de Rua); Leo Ribas(Liga Brasileira  
16 de Lésbicas); Delton Aparecido Felipe (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros-ABPN);  
17 Jorasi Matias Borges Associação de Apoio a Moradia de Braganey; Jucimere Iolda Silveira  
18 (CRESS); Waleiska Emilia Fernandes Figueiras(Sindijor) **Conselheiros (as) Suplentes da**  
19 **Sociedade Civil Organizada:** Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de  
20 Braganey), Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Julia Maria Moraes (CUT),  
21 Aluizio Ferreira Palmar (CDHMP), **Convidados/Colaboradores:** Jane Vasques (SEJUF/DEDIF),  
22 Maria Eduarda Janotto Fonseca (SEJUF); Vitoria Matsuda(MPPR) Thales Zabororski (UPE)  
23 Roselene Sonda (MPPR); Luiz Calhau; Karoline Nascimento (DPE); José Borges MNLM;  
24 Giovanna Kucaniz. **Justificativa de Ausência:** O presidente Marcel informou que justificou a  
25 ausência da conselheira Léo Ribas, esta que estava em deslocamento para o Lesbo Censo. **1.**  
26 **Abertura:** Inicialmente, Karlla, em sua qualidade de secretária executiva deste conselho, realizou  
27 a chamada nominal das (os) conselheiras (os) presentes para verificação de quorum e registro de  
28 presença em ata. Após a conclusão da chamada, a sec. Karlla informou que há quórum. Dando  
29 continuidade, o presidente Marcel deu início a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

30 Direitos Humanos do Paraná e registrou os participantes que estavam presencialmente na  
31 Comunidade Nova Esperança, como: Jorasi; Borges do MPM; Val - líder da comunidade; Dra.  
32 Andressa; Leonildo; Luiz Rosa; Júlia; Marta Toledo; Diego e Bruna Ravena. **2. Aprovação da**  
33 **Pauta:** O presidente Marcel sugeriu um acordo entre as (os) participantes, em que, a autonomia  
34 das comissões pudessem ser respeitadas e que todos os encaminhamentos sejam diretamente  
35 despachados, isto para que, durante à tarde as (os) conselheiras (os) possam aderir ao ato. Sendo  
36 assim, o debate sobre os relatos das comissões foram cancelados, mas impreterivelmente eles  
37 serão elaborados e enviados para todas (os). Além disso, Marcel também sugeriu que nos meses  
38 de Dezembro e de Janeiro, as comissões que se reunirem e formularem encaminhamentos, o  
39 plenário aprova que a Secretaria Executiva junto com a vice-presidência deem os devidos  
40 encaminhamentos, sem debates na plenária. A conselheira Juliana solicitou que todas as  
41 providências e encaminhamentos realizados sejam enviados por *e-mail* para todas (os)  
42 conselheiras (os). Os informes da Secretaria Executiva e das Conselheiras (os) serão  
43 encaminhados por *e-mail*. A sec. executiva solicitou realizar apenas um informe, este que se refere  
44 ao seu desligamento da Secretaria Executiva do COPED neste primeiro momento e quem irá  
45 assumir é a Ana Felícia juntamente com o apoio da residente técnica Ana Vitória. Sendo assim, a  
46 condução da reunião e a Secretaria Executiva foram imediatamente repassadas a Ana Felícia. **3.**  
47 **Aprovação da ata da reunião de Novembro/2021:** As atas foram encaminhadas por *e-mail* com  
48 o prazo de 10 dias para considerações. O presidente Marcel consultou as (os) conselheiras (os)  
49 se há alguma solicitação de alteração. Não houve nenhuma objeção e portanto a ata foi aprovada.  
50 **4. Violência Policial no Estado do Paraná:** O presidente Marcel registrou que esse tópico é a  
51 causa da reunião ordinária do COPED estar sendo realizada na Comunidade Nova Esperança, a  
52 violência policial no Estado do Paraná e seus desdobramentos atingem fortemente os mais  
53 vulneráveis de uma forma absurda e que, onde estranhamente, no Estado do Paraná, a própria  
54 Polícia Militar investiga os atos de violência dela própria, sendo talvez o único Estado Brasileiro  
55 que adota esta bizarra prática. O líder da comunidade, Val, inicialmente agradeceu a presença de  
56 todas e todos, para em seguida, relatar que há 03 dias a BOPE/RONE entrou na ocupação Nova  
57 Esperança com o foco de executar o rapaz dentro da comunidade. Em complementação, Val  
58 relatou que a RONE entrou dentro da residência do rapaz de 25 anos de idade, chutando a porta



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

59 e a arrombando, alegaram que ele disparou tiros contra os policiais, mas não há balas na parede  
60 e em nenhuma parte da residência. Além disso, a namorada - grávida - da vítima foi obrigada a  
61 assistir toda a execução diabólica da RONE. Outra incoerência do relato dos policiais foi de que  
62 encontraram diversas armas com a vítima, porém, apenas uma .380 foi apresentada pelos  
63 mesmos. Segundo Val, após a vítima ser rendida e desarmada, a RONE deu um tiro na perna do  
64 rapaz e começaram a bater na menina na frente dele, e mesmo após ele falar que ela estava  
65 grávida, os policiais continuaram batendo na gestante enquanto o interrogavam. Após ouvirem os  
66 tiros e gritos, os vizinhos chamaram a mãe da vítima que mora em Almirante Tamandaré  
67 (aproximadamente 17 km), esta que chegou desesperada gritando o nome do filho, ele ouviu a  
68 voz da mãe fora da casa e falou “mãe, eu também te amo” e foi neste momento que a RONE deu  
69 o último tiro na boca da vítima - há um vídeo de uma moradora da comunidade em que é possível  
70 observar este fato de fora da residência. Val indicou que aparentemente no nosso país não há  
71 pena de morte, mas a Polícia Militar foi treinada para exterminar a parte pobre da população, pois  
72 ações desta forma nunca foram e nem serão realizadas em determinadas pessoas e bairros da  
73 cidade. Por fim, Val destacou que ninguém quer vingança, apenas JUSTIÇA e que os  
74 responsáveis paguem pelos crimes que cometeram. No dia seguinte ao ocorrido, o prefeito de  
75 Campo Magro se oportunizou pela situação - este que, sempre foi hostil com a permanência das  
76 famílias na Comunidade Nova Esperança -, tentando criminalizar e generalizar a relação da  
77 ocupação, havendo um ataque a uma garagem com maquinários e a alegação de que este ato  
78 seria uma represália a morte do Igor, essas declarações sem nenhum cabimento são apenas para  
79 criminalizar a comunidade e já ocorreram em outras ocasiões, como quando o Prefeito  
80 supostamente recebeu um bilhete de membros da comunidade com erros gramaticais grotescos  
81 para provavelmente rebaixar a população que vive no local. Além disso, Val ressaltou que caso  
82 seja realmente alguém da comunidade, é a pessoa quem cometeu os atos que deve respondê-los  
83 e não a comunidade como um todo, pois a extrema maioria dos moradores nunca cometeriam tal  
84 ato e não são conivente com os mesmos. O participante da Convenção do Movimento Popular por  
85 Moradias - especificamente no setor da Educação -, Galeano, enquanto membro da Comunidade  
86 Nova Esperança repudiou todas as ações supracitadas, pois entende que a vida vale muito mais  
87 que um pedaço de terra e não entende o tamanho esforço das autoridades para combater aqueles



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

88 que lutam pelos seus direitos constitucionais. Ademais, Galeano ressaltou sua tristeza em saber  
89 que o maior inimigo da comunidade é o próprio Estado, e que mesmo todos os (as) moradores  
90 (as) fazendo de tudo para serem corretos (as), a repressão policial e os crimes contra a  
91 humanidade são cometidos e escondidos pela própria instituição. Devido aos crimes cometidos e  
92 omitidos pelo próprio Estado, os moradores não sabem a quem recorrer e o que será daqui em  
93 diante da Comunidade Nova Esperança, pois suas integridades físicas correm riscos porque agora  
94 os moradores mexeram com aqueles que inicialmente mexeram com eles, e que, se necessitar  
95 morrer lutando, os moradores irão morrer lutando contra as inúmeras barbáries e atrocidades  
96 cometidas. Por fim, Galeano ressaltou que não apenas a repressão policial violenta os menos  
97 favorecidos, mas de todas as formas, pelo desemprego, pela fome, pela falta de acesso a falta de  
98 acesso ao consumo e pela não oportunidade de uma educação de qualidade. Assim sendo,  
99 Galeano fez um apelo para que as Secretarias de Estado visitem a Comunidade Nova Esperança  
100 e deem mais atenção a esse local, solicitando que a regularização dos terrenos seja realizada  
101 para que os moradores consigam pagar por seus lares. Em seguida, Gisele, relatou em nome de  
102 todas as mulheres da ocupação sobre a violência policial sofrida, pois no dia várias companheiras  
103 sofreram tiros de bala de borracha - uma com o bebê no colo - e acabaram sofrendo agressões  
104 por parte da PM. Além disso, Galeano registrou que os moradores da Ocupação Nova Esperança  
105 lamentam profundamente o ataque sofrido pela Prefeitura, pois os ônibus afetados eram utilizados  
106 pelas crianças para irem para a escola, transporte conquistado sobre acordo com o Ministério  
107 Público, pois até então, o chefe do Executivo de Campo Magro não permitia. Ademais, Galeano  
108 agradeceu a presença de todas e todas e indicou que a comunidade necessita fazer diversas  
109 representações ao MP e ao Poder Judiciário contra as falas do Prefeito de Campo Magro, também  
110 solicitou uma representação à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações  
111 Unidas, pois quem tem poder contra pessoas que utilizam do aparato do Estado é apenas a ONU.  
112 O presidente do COPED, Marcel, agradeceu as falas dos representantes da Comunidade Nova  
113 Esperança e destacou que o COPED estará junto com os moradores cobrando justiça pelo caso.  
114 Dando continuidade, o conselheiro Diego destacou que a o COPED foi a ocupação para  
115 acompanhar detalhadamente a situação e auxiliar a buscar justiça para o caso, também lembrou  
116 do relato da esposa do rapaz que foi assassinado, uma garota de apenas 15 anos e gestante que



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

117 foi torturada pela Polícia Militar, sendo duas vidas torturadas e postas em risco. A conselheira  
118 Bruna Ravena prestou sua solidariedade a todos os moradores da ocupação e destacou que sabe  
119 como se dá a perseguição, pois sofre isso na pele todos os dias com as portas sempre se fechando  
120 para pessoas transgêneras em todos os âmbitos sociais. Segundo a conselheira Bruna, se o  
121 Estado do Paraná deseja vender-se como um “Estado Modelo” para os demais, deve buscar em  
122 todas as áreas e para toda sua população, sem exceções, pois não deve servir apenas para o  
123 branco, rico, empresário e não para uma comunidade carente ou ocupação ela não serve. Visto  
124 isso, é necessária uma resposta urgente e uma atuação constante da Polícia Militar e também o  
125 acompanhamento da menina de 15 anos torturada pelos policiais, pois ela está correndo risco  
126 expondo os abusos exercidos. Por fim, a conselheira Bruna destacou que já passou da hora dos  
127 agentes de segurança do Estado do Paraná serem monitorados por câmeras com leis vigentes  
128 que garantam que eles cumpram e que esses monitoramentos não sejam burlados - apagados,  
129 tampados - para encobrir as cenas de crimes. A Defensora Pública e coordenadora do Núcleo de  
130 Política Criminal e Execução Penal, Andeza Lima de Menezes, primeiramente lamentou  
131 profundamente a morte de mais um jovem e a tortura em uma adolescente grávida e que esse  
132 espaço é essencial para a construção de uma vida digna para todos aqueles que possuem seus  
133 direitos atacados. Em seguida, Andeza, registrou que a Defensoria Pública é uma instituição que  
134 possui um compromisso legal com a primazia com os Direitos Humanos e cuidará com cuidado  
135 para que essa situação seja investigada. Para isso, será necessário coragem - esta que não falta  
136 nos moradores - para que testemunhem e exponham os abusos ocorridos no dia da execução e  
137 tortura de Igor e sua namorada grávida. Portanto, faz-se necessária a apresentação de  
138 testemunhas para que sejam encaminhadas para as autoridades competentes da investigação,  
139 estas que são: o Ministério Público e o GAECO. Além disso, Andeza mencionou que na reunião  
140 com as cúpulas das instituições do sistema de justiça foi estabelecido um compromisso destas  
141 (TJ-PR, MP-PR, DP-PR e OAB-PR) para que seja levado urgentemente ao executivo a demanda  
142 quanto a instalação de câmeras nos policiais - corpo e viatura -, pois temos um exemplo próximo  
143 que é o Estado de São Paulo que após a instalação registrou uma queda nas mortes em  
144 confrontos policiais. Ademais, outra questão deliberada neste encontro foi a capacitação dos  
145 agentes de segurança pública sobre o respeito às leis vigentes e as questões sobre os Direitos



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

146 Humanos, formação esta que não existe hoje em dia. Andeza também convidou a todos (as) para  
147 lerem a [Nota Técnica](#) que foi publicada no *site* do NUPEP, existe um estudo que foi realizado  
148 sobre as mortes ocorridas no ano de 2018, onde cada uma das 260 mortes que aconteceram  
149 neste ano relacionadas aos confrontos com agentes policiais foram estudadas, traçando um perfil  
150 muito claro de quem são as vítimas - a esmagadora maioria são jovens pretos e pardos. Os  
151 antecedentes criminais é um assunto muito relevante para esses casos, pois é um dado que infere  
152 em boa parte das fundamentações para arquivamento dos inquéritos de apuração das mortes e  
153 repetem a mesma narrativa de legítima defesa. Porém, a maioria das vítimas desses assassinatos  
154 não possuíam antecedentes criminais e sequer respondiam ação penal, confirmando assim, que  
155 o traço em comum é realmente são jovens negros e pobres. Dessas 260 mortes, 04 dessas vítimas  
156 tiveram sequer qualquer inquérito instaurado e apenas 02 inquéritos passaram da fase policial e  
157 foram para o judiciário, sendo algo muito significativo. Para a Defensoria Pública é extremamente  
158 importante que esses inquéritos que atualmente tramitam na própria corporação militar sejam de  
159 competência da Polícia Civil, não devendo mais ser permitido os arquivamentos pela própria  
160 Polícia Militar. Andeza realizou um apelo para que o Ministério Público se junte a Defensoria  
161 Pública para que consiga convencer o Tribunal de Justiça de que a Polícia Militar seja responsável  
162 pelos seus próprios casos de abusos. Portanto, com a mudança das apurações para instituições  
163 corretas os casos mudarão seu curso e poderá haver uma aumento significativo de resoluções,  
164 consequentemente, diminuição das mortes da população pobre e negra por meio de confrontos  
165 policiais. Por fim, Andeza pediu para que todos (as) apoiassem a Defensoria Pública, pois com  
166 ela mais fortalecida e maior, a luta será diretamente beneficiada pela instituição. O conselheiro  
167 Aurélio primeiramente se solidarizou com a Comunidade Nova Esperança por essa nova  
168 manifestação de violência policial e de higienização social por meio de agentes públicos, e que  
169 essa tragédia, coloca em foco a necessidade de formação mais humana dos policiais militares,  
170 um assunto que vem sido tratado há diversos anos pelo COPED. Em seguida, o conselheiro  
171 Aurélio sugeriu que a Cartilha de Direitos Humanos formulada pelo COPED seja popularizada,  
172 principalmente entre os policiais, para que eles entendam a importância e a urgência de respeitar  
173 os Direitos Humanos e cessar essa atitude - ou reprodução de discurso - de agressão à população  
174 carente que vive marginalizada. Segundamente, o conselheiro Aurélio se pôs à disposição, na



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

175 condição de representante da Associação dos Municípios do Paraná, no sentido de aprofundar o  
176 diálogo com o Prefeito de Campo no sentido de abrir canais para evitar confrontos e a  
177 criminalização da população da comunidade. O conselheiro Leonildo, em nome do Conselho  
178 Permanente de Direitos Humanos, agradeceu à comunidade por confiar as suas vidas ao  
179 conselho, pois entende que o conselho terá que tomar todas as providências possíveis para conter  
180 os abusos dessa polícia exterminadora do Estado do Paraná que mata porque alguém manda e  
181 deixa ela matar, pois no fim, os policiais que assassinaram sempre são absolvidos. Portanto, o  
182 conselheiro Leonildo reforçou que o COPED e demais instituições/grupos de trabalho tem uma  
183 grande responsabilidade em auxiliar a Comunidade Nova Esperança, pois são mais de 1000  
184 famílias que vem frequentemente sofrendo abusos, fazendo-se necessário debater com os chefes  
185 da segurança pública estadual, provocando estratégias para visibilizar e fomentar o debate da  
186 causa. Leonildo relatou que em Londrina a Polícia Militar saí à noite nos “mocós” da população  
187 em situação de rua para bater nas (os) meninas (os) sem nenhum motivo válido, sendo claramente  
188 pedidos de empresários para que a Polícia Militar expulse e agrida a população de rua. Porém,  
189 esse é o momento para que todos da luta se reúnam para acabar com o extermínio realizado pela  
190 Polícia Militar do Estado do Paraná. A conselheira Juliana reforçou que são vários caminhos,  
191 primeiramente, a segurança imediata tanto da adolescente quanto da comunidade, pois houveram  
192 diversas testemunhas e gravações, necessitando avaliar como será realizada a garantia de que a  
193 comunidade não será novamente invadida e ameaçada pelas forças de segurança pública. Além  
194 disso, Juliana destacou que é necessário buscar quem autoriza esse tipo de ação, pois dificilmente  
195 é uma ação isolada e individual desses policiais que realizaram a ação, sendo necessária a  
196 responsabilização de quem está na cadeira de comando dando ordens. Juliana também sugeriu  
197 que a partir do Paraná, buscar os outros Conselhos de Direitos Humanos para elaborar algum tipo  
198 de documento para a desmilitarização da comissão, mas acredita que neste governo conservador  
199 será apenas para instigar a reflexão sobre o tema, não sendo mais tolerável as ações que vêm  
200 sendo cometidas pela Polícia exterminadora, que mata pobre, preto, favelado e periféricos. Por  
201 ordem prática, Juliana destacou que é necessário algum documento da Secretaria de Segurança  
202 Pública informando que a Polícia Militar não poderá realizar qualquer tipo de ação dentro desse  
203 território enquanto estiver sendo investigado esses atos de tortura e garantir a segurança da



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

204 menina tortura, das testemunhas e da comunidade. A conselheira Waleiska destacou que toda  
205 vez que há um relato de violência policial, as vítimas/testemunhas sempre se preocupam em falar  
206 que era um trabalhador e isso nos remete a algo muito grave, pois isso não importa, era uma vida  
207 e tem seu igual valor como todas as outras, não minimizando o trabalho, mas que para além de  
208 ser um trabalhador (a), um pai ou mãe de família, é uma pessoa. Ademais, a conselheira Waleiska  
209 enfatizou que é essencial observar quem são os policiais responsáveis pelos atos, pois os mesmos  
210 também não moram nas áreas nobres da cidade, são pretos e sua grande maioria são pobres  
211 devido a não reposição salarial há quase 6 anos, massacrando então, seus semelhantes. Em  
212 seguida, Luiz Rosa em nome da Comissão de Direitos Humanos da ALEP prestou sua  
213 solidariedade à comunidade e informou que tem intervindo em tudo que é possível em suas  
214 respectivas atuações. Luiz indicou que há na Assembleia Legislativa o [Projeto de Lei 448/2019](#)  
215 apresentado pelo Deputado Tadeu Veneri que visa a instalação de câmeras de vídeo e áudio nas  
216 viaturas e uniformes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Além disso, Luiz  
217 mencionou que está sendo organizada uma Audiência Pública para o início de 2022 sobre as  
218 questões supracitadas. A ativista dos Direitos Humanos representando diversos coletivos que  
219 estão acompanhando, Marta Toledo, destacou que a Comunidade Nova Esperança exerce um  
220 trabalho fantástico em todas as atividades que vêm sendo desenvolvidas no local - como foi o  
221 caso das padarias - futuramente será constituída uma biblioteca e salas de costura, a reforma da  
222 creche para que as mães possam trabalhar. Por fim, Marta, como jornalista, registrou sua  
223 indignação ao fato do silenciamento vergonhoso da imprensa perante aos abusos ocorridos,  
224 sendo totalmente parcial corroborando com o discurso da Polícia Militar e a narrativa da Segurança  
225 Pública. O presidente Marcel registrou que a conselheira Waleiska (SINDIJOR - PR) fez um  
226 pequeno reparo em sua fala, que talvez não sejam os (as) jornalistas, mas os grupos de  
227 comunicação. Marta realizou uma reparação excluindo as mídias alternativas de sua fala anterior,  
228 ou seja, aquelas mídias que não chegam às partes da sociedade que deveriam chegar - como o  
229 Plural ou Brasil de Fato - estiveram presentes e fizeram matérias sobre, mas a mídia que abrange  
230 uma parte maior da sociedade não tiveram interesse em relatar os acontecimentos, aceitando  
231 definitivamente o discurso policial. A conselheira Julia indicou que infelizmente logo após o mês  
232 da Consciência Negra e neste momento estamos observando mais um caso de extermínio de





### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

233 negros e pardos, sendo assim, todos (as) tem que gritar suas indignações com esse sistema. O  
234 presidente Marcel registrou sua preocupação com represálias na comunidade, pois após os atos  
235 a PM poderá amedrontar ainda mais a população para os expulsarem do local, os perseguindo  
236 até que eles fujam para outras situações de vulnerabilidade. Em seguida, sugeriu duas propostas.  
237 No grupo do conselho foi distribuído o provimento do TJ-SP no qual, por um ato do Corregedor de  
238 Justiça conseguiu resolver esse problema grave que o Estado do Paraná ainda sofre -  
239 investigações de confronto da Polícia Militar pela própria Polícia Militar. O Provimento Nº 35/2021  
240 definiu que, quem investiga a Polícia Militar do Estado de São Paulo é a Polícia Civil do Estado de  
241 São Paulo. Portanto, Marcel sugeriu que um encaminhamento ao Presidente do TJ/PR com  
242 solicitação de que à Corregedoria do TJ/PR, com base no provimento Nº 35/2021 do TJ/SP,  
243 determine de imediato que as investigações de crimes cometidos por policiais militares sejam  
244 investigados pela Polícia Civil ou pelo GAECO em casos de maior gravidade. Envio ao MP, DPE,  
245 OAB/PR e ao Governador do Estado do Paraná para apoio. Além disso, Marcel sugeriu que seja  
246 enviado um ofício à CCJ para que o PL 448/2019 seja posto em regime de urgência para votação.  
247 Em seguida, foram lidos todos os encaminhamentos colhidos durante a reunião, segue estes em  
248 sua integralidade apresentada durante a plenária: “Encaminhamento 1 (MPM): Requerimento de  
249 que o prefeito se retrate quanto a acusação de que a comunidade Nova Esperança promoveu a  
250 queima de ônibus municipais, que se demonstre provas, vez que a acusação induz a população  
251 a criminalização da comunidade Nova Esperança. Encaminhamento 2 (DIEGO) à DPE -  
252 Acompanhamento Psicológico e Jurídico às famílias vítimas de violência policial. Encaminhamento  
253 3 (Bruna e DPE) - à SESP - instalação de câmeras de corpo e em viaturas das forças policiais  
254 para registro de confrontos. Garantindo-se a manutenção das imagens sem perdas, apagamentos  
255 ou coberturas físicas de imagem. Envio de ofício à CCJ para que a PL das câmeras entre em  
256 regime de urgência e votação. Encaminhamento 4 (DPE) reforço no apelo de que o MP se junte  
257 à DPE para que a justiça militar não seja mais responsável pela apuração crimes cometidos por  
258 agentes da polícia militar (coação, homicídio e tortura) mas a Polícia Civil, tendo em vista a  
259 competência do Tribunal do Júri e a competência de investigação da Polícia Civil por tratar-se de  
260 crimes hediondos. Encaminhamento ao Presidente do TJPR, com base no provimento Nº 35/2021  
261 do TJSP, determine de imediato que as investigações de crimes cometidos por policiais militares



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

262 sejam realizadas pela Polícia Civil ou pelo GAECO em casos de maior gravidade. Envio ao MP,  
263 DPE, OAB e ao Governador do Estado para apoio. Encaminhamento 5 (Aurélio) - popularização  
264 da cartilha de direitos humanos, inclusive entre policiais militares. Encaminhamento 6 (Leonildo) -  
265 Articulação do COPED com o MP, DPE e TJPR visando a criação de agenda estratégica para a  
266 erradicação de ações violentas da polícia militar. Encaminhamento 7 (Juliana) - Solicitação de  
267 agenda urgente com o Secretário da SESP para que oriente a PM para que não realize ações  
268 policiais na Comunidade Nova Esperança enquanto perdurar a investigação relativa a ação em  
269 pauta. Encaminhamento 8 (Juliana) recomendação conjunta com outros conselhos de direitos  
270 humanos pela desmilitarização das forças policiais. Encaminhamento 9 (Bruna Ravena)- Redes  
271 sociais do COPED sejam utilizadas para divulgação das atividades da Ocupação Nova Esperança.  
272 Encaminhamento 10 (Rute) - Acompanhamento da Rede de Proteção para que verifique quais as  
273 razões pelas quais o CEMEI não está em funcionamento e para que a rede tome providências  
274 para verificação de violações de direitos de crianças a adolescentes e providências legais quanto  
275 a crianças e adolescentes vítimas de ameaça. Encaminhamento 11 - envio de ofício ao PROVITA  
276 e PPCAM para inclusão da adolescente e seus familiares no programa de proteção.  
277 Encaminhamento 12 - Solicitação à SEJUF para que garanta o deslocamento a hora que for  
278 necessário, para que o COPED acompanhe urgências que ocorrem na comunidade Nova  
279 Esperança. Encaminhamento 13 - Deputado Goura e Tadeu Veneri para que garantam agenda  
280 com Leonir Batisti e Coronel Rômulo Marinho para tarde de 03/12/2021.". A conselheira Bruna  
281 Ravena solicitou que o COPED ceda suas redes sociais para auxiliar nas informações sobre a  
282 perseguição que vem sendo exercida na comunidade, mostrando os incríveis trabalhos que vêm  
283 sendo realizados dentro da comunidade, como as grafitagens, padarias e cursos de formação.  
284 Assim sendo, o COPED poderá ajudar na disseminação de que as comunidades não sejam  
285 espaços para pessoas “vadias”, mas para cidadãos que não tem um planejamento de habitação,  
286 que buscam suas casas, que buscam educação e que buscam dar uma qualidade de vida para  
287 os seus filhos e para si próprio. O presidente Marcel relatou que enquanto ocorria a reunião, duas  
288 vezes um helicóptero da RONE sobrevoou em baixa altitude o local em que estão para amedrontar  
289 os moradores e militantes presentes. Os encaminhamentos listados acima foram aprovados pelo  
290 pleno do COPED. Em seguida, uma mãe da comunidade relatou que o helicóptero assustou



#### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

291 muitas crianças a troco de nada. **5. Ausência de Servidores (as) para Apoio Técnico das**  
292 **Comissões do COPED/PR:** O presidente Marcel sugeriu que seja encaminhado para o Secretário  
293 Ney uma recomendação para que se tenha um (a) servidor (a) exclusivo ao COPED, pois após a  
294 saída da Ana Raggio foi aberta uma lacuna na execução de diversas atividades. Além disso,  
295 ampliação do número de servidores (as) para atendimento das pautas ligadas aos temas de  
296 Direitos Humanos. O encaminhamento acima foi aprovado pelo pleno. 6. Encerramento: Por fim,  
297 Marcel agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião ordinária do Conselho  
298 Permanente de Direitos Humanos. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.